

**Luís Henrique Barbante Franzé**

# **AGRAVO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

**9ª Edição  
Revisada e Atualizada**

Curitiba  
Juruá Editora  
2017

---

Visite nossos sites na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 978-85-362-6640-4**



**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil  
**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco**

---

**F837** Franzé, Luís Henrique Barbante.  
Agravado e o novo código de processo civil./ 9ª edição./  
Luís Henrique Barbante Franzé./ Curitiba: Jurua, 2017.  
504 p.

1. Processo civil – Agravado. I. Título.

CDD 341.46  
CDU 347.9

000406

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo I RECURSOS E PRONUNCIAMENTOS.....</b>	<b>31</b>
1.1 Conceito de Recurso.....	31
1.2 Natureza Jurídica do Recurso.....	32
1.3 Pronunciamentos Judiciais.....	34
1.3.1 Critério de distinção dos pronunciamentos .....	35
1.3.2 Sentença.....	37
1.3.3 Despacho.....	40
1.3.4 Ato ordinatório.....	41
1.3.5 Decisão interlocutória.....	42
1.3.5.1 Histórico.....	42
1.3.5.2 Questão incidente.....	44
1.3.5.3 Definição da decisão interlocutória .....	46
1.3.6 Acórdão .....	47
1.4 Recursos Constantes no Ordenamento.....	49
1.5 Outros Meios de Impugnação .....	51
1.5.1 Mandado de segurança.....	51
1.5.2 Correição parcial .....	53
1.5.3 Medida cautelar.....	56
1.5.3.1 Cautelar no CPC/1973.....	56
1.5.3.2 Tutela provisória no CPC/2015.....	59
1.5.4 Pedido de reconsideração.....	59
1.5.5 Reclamação.....	61
1.5.6 Outras espécies.....	63
<b>Capítulo II AGRAVO NA TEORIA GERAL DOS RECURSOS .....</b>	<b>67</b>
2.1 Evolução Histórica do Agravo .....	67
2.1.1 Direito estrangeiro.....	67

2.1.1.1	No direito romano.....	67
2.1.1.2	No direito português.....	70
2.1.1.2.1	Período anterior às ordenações .....	70
2.1.1.2.2	Ordenações afonsinas.....	75
2.1.1.2.3	Ordenações manuelinas.....	76
2.1.1.2.4	Ordenações filipinas.....	79
2.1.1.2.5	Código de processo civil português de 1876.....	80
2.1.2	Direito brasileiro .....	81
2.1.2.1	Período entre a independência e a proclamação da república .....	81
2.1.2.2	Período entre a proclamação da república e o CPC/1939 .....	83
2.1.2.3	Código de Processo Civil de 1939 .....	83
2.1.2.4	Código de Processo Civil de 1973 .....	85
2.1.2.4.1	Redação originária do CPC/1973.....	85
2.1.2.4.2	Alteração do CPC/1973 pela Lei 9.139/1995.....	88
2.1.2.4.3	Alteração do CPC/1973 pela Lei 10.352/2001.....	90
2.1.2.4.4	Alteração do CPC/1973 pela Lei 11.187/2005.....	91
2.1.2.5	Período posterior ao CPC/2015.....	92
2.2	Impugnação das Interlocutórias no Direito Estrangeiro.....	95
2.2.1	Alemanha.....	96
2.2.2	Argentina .....	98
2.2.3	Espanha.....	101
2.2.4	Estados Unidos.....	104
2.2.5	França .....	108
2.2.6	Itália.....	111
2.2.7	Portugal.....	113
2.3	CrITÉrio de Classificação dos Agravos.....	120
2.3.1	No CPC/1973 .....	120
2.3.2	No CPC/2015 .....	121
2.4	Agravo Interno ou Regimental? .....	122
2.5	Princípios Recursais .....	125
2.5.1	Taxatividade.....	125

2.5.1.1	Conceito .....	125
2.5.1.2	Justificativa.....	126
2.5.2	Singularidade .....	127
2.5.2.1	Conceito .....	127
2.5.2.2	Justificativa.....	127
2.5.2.3	Singularidade frente ao cabimento dos embargos declaratórios e a apelação.....	128
2.5.2.4	Singularidade frente à interposição simultânea de mais de um recurso para impugnar o mesmo pronunciamento.....	128
2.5.2.5	Singularidade frente ao cabimento de recurso especial e extraordinário.....	129
2.5.3	Vedação da <i>reformatio in pejus</i> e <i>reformatio in melius</i> ..	131
2.5.3.1	Conceito .....	131
2.5.3.2	Justificativa.....	131
2.5.3.3	Limites destes princípios .....	133
2.5.4	Excepcionalidade do efeito suspensivo.....	134
2.5.4.1	Conceito .....	134
2.5.4.2	Justificativa.....	136
2.5.4.3	Proposta de nova nomenclatura e alcance.....	136
2.5.5	Fungibilidade .....	137
2.5.5.1	Conceito .....	137
2.5.5.2	Justificativa.....	137
2.5.5.3	Dúvida objetiva.....	138
2.5.5.4	Fungibilidade entre agravo e apelação .....	140
2.5.6	Duplo grau de jurisdição.....	141
2.5.6.1	Conceito .....	141
2.5.6.2	Justificativa.....	141
2.5.6.3	Duplo grau frente à decisão interlocutória.....	143
2.5.6.4	Duplo grau é garantia ou princípio? .....	144
2.5.7	Consumação .....	145
2.5.7.1	Conceito .....	145
2.5.7.2	Justificativa.....	145
2.5.7.3	Diferença entre os princípios da consumação e da variabilidade .....	146

2.5.8	Complementaridade.....	146
2.5.8.1	Conceito .....	146
2.5.8.2	Justificativa.....	147
2.5.8.3	Aditamento da apelação diante do julgamento dos embargos declaratórios da parte adversa ....	147
2.5.9	Dialeticidade .....	148
2.5.9.1	Conceito .....	148
2.5.9.2	Justificativa.....	148
2.5.9.3	Obrigatoriedade de impugnação de todos os fundamentos.....	148
2.5.10	Juiz natural nos tribunais .....	149
2.5.10.1	Conceito .....	149
2.5.10.2	Justificativa.....	149
2.5.10.3	Inconstitucionalidade da vedação ao acesso ao colegiado nos tribunais.....	150
2.5.10.4	Convocação de juiz de primeiro grau para atuar no tribunal .....	151
2.5.10.5	Reserva de plenário.....	155
2.5.11	Voluntariedade.....	158
2.5.11.1	Conceito .....	158
2.5.11.2	Justificativa.....	158
2.6	Pressupostos de Admissibilidade do Agravo .....	158
2.6.1	Conceito.....	158
2.6.2	Espécies de pressupostos .....	159
2.6.3	Pressupostos extrínsecos.....	160
2.6.3.1	Tempestividade.....	160
2.6.3.1.1	Conceito .....	160
2.6.3.1.2	Início da contagem do prazo recursal.....	161
2.6.3.1.3	Suspensão do prazo recursal .....	163
2.6.3.1.4	Comprovação de feriado local .....	164
2.6.3.2	Regularidade formal.....	164
2.6.3.2.1	Conceito .....	165
2.6.3.2.2	Comprovação de interposição do agravo de instrumento (CPC/2015, art. 1.018) .....	166

2.6.3.2.3	Necessidade de qualificar as partes ..	168
2.6.3.3	Preparo .....	169
2.6.3.3.1	Conceito .....	169
2.6.3.3.2	Preparo posterior à interposição do recurso.....	170
2.6.3.3.3	Outras alterações trazidas pelo CPC/2015 .....	172
2.6.3.3.4	Exceções ao preparo.....	173
2.6.3.4	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer .....	173
2.6.4	Pressupostos intrínsecos.....	175
2.6.4.1	Cabimento .....	176
2.6.4.2	Legitimidade para recorrer.....	177
2.6.4.3	Interesse de recorrer .....	179
2.6.5	Mudança de paradigma dos pressupostos no CPC/2015 .....	180
2.7	Efeitos do Agravo.....	181
2.7.1	Aspectos gerais.....	181
2.7.2	Proposta de sistematização da incidência dos efeitos recursais.....	182
2.7.3	Efeito devolutivo (independente) .....	183
2.7.3.1	Evolução histórica e conceito .....	183
2.7.3.2	Extensão da devolutividade .....	185
2.7.3.3	Profundidade da devolutividade.....	186
2.7.4	Efeito expansivo (independente) .....	187
2.7.5	Efeito translativo (independente).....	189
2.7.6	Efeito substitutivo (independente).....	194
2.7.6.1	Conceito .....	194
2.7.6.2	Hipóteses de não incidência total ou parcial .....	194
2.7.7	Efeito suspensivo (independente e dependente) .....	195
2.7.8	Efeito antecipativo (dependente).....	197
2.7.8.1	Nomenclatura.....	197
2.7.8.2	Enquadramento da tutela antecipada recursal como efeito do recurso .....	198
2.7.9	Aspectos comuns aos efeitos dependentes suspensivo e antecipativo.....	199

2.7.9.1	Pressupostos para concessão dos efeitos dependentes .....	199
2.7.9.1.1	Pressupostos no CPC/1973 .....	200
2.7.9.1.2	Pressupostos no CPC/2015 .....	202
2.7.9.2	Diferença entre os efeitos dependentes (suspensivo e antecipativo) .....	205
2.7.9.3	Competência para decidir sobre os efeitos dependentes .....	208
2.7.9.4	Período de eficácia dos efeitos dependentes .....	209
2.7.9.5	Discrecionariedade do relator na concessão dos efeitos dependentes .....	211
<b>Capítulo III</b>	<b>AGRAVO RETIDO NO CPC/1973 E REVOGAÇÃO PELO CPC/2015 .....</b>	<b>213</b>
3.1	Escopo .....	213
3.2	Conceito .....	216
3.3	Procedimento .....	218
3.3.1	Prazo .....	218
3.3.2	Formas de interposição .....	219
3.3.3	Resposta do agravado .....	223
3.3.4	Retratação .....	226
3.3.5	Juízo de admissibilidade .....	228
3.3.6	Julgamento .....	231
3.4	Aspectos Polêmicos do Agravo Retido no CPC/1973 .....	233
3.4.1	A quem cabe a escolha da espécie do agravo? .....	233
3.4.2	Interpretação em relação à reiteração do agravo retido .....	239
3.5	Revogação do Agravo Retido pelo CPC/2015 .....	241
3.5.1	Aspectos gerais .....	241
<b>Capítulo IV</b>	<b>AGRAVO DE INSTRUMENTO .....</b>	<b>243</b>
4.1	Escopo .....	243
4.2	Cabimento .....	244
4.2.1	Hipóteses tipificadas pelo art. 1.015 do CPC/2015 .....	244
4.2.1.1	Tutela provisória (CPC/2015, art. 1.015, inc. I) ...	245
4.2.1.2	Mérito do processo (CPC/2015, art. 1.015, inc. II) .....	246
4.2.1.2.1	Aspectos gerais .....	246



4.2.1.2.2	Defasagem na impugnação da decisão parcial de mérito em relação à sentença (CPC/2015, art. 356).....	247
4.2.1.2.3	Agravo de instrumento de decisão parcial de mérito deve impugnar as anteriores interlocutórias não agraváveis?.....	248
4.2.1.3	Rejeição da convenção de arbitragem (CPC/2015, art. 1.015, inc. III).....	250
4.2.1.4	Incidente de desconconsideração de personalidade jurídica – IDPJ (CPC/2015, art. 1.015, inc. IV).....	250
4.2.1.5	Rejeição da gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação (CPC/2015, art. 1.015, inc. V).....	252
4.2.1.5.1	Aspectos gerais.....	252
4.2.1.5.2	Concessão parcial da gratuidade.....	254
4.2.1.6	Exibição ou posse de documento ou coisa (CPC/2015, art. 1.015, inc. VI).....	255
4.2.1.7	Exclusão de litisconsorte (CPC/2015, art. 1.015, inc. VII).....	255
4.2.1.8	Rejeição do requerimento de limitação do litisconsórcio (CPC/2015, art. 1.015, inc. VIII)....	256
4.2.1.9	Admissão ou inadmissão da intervenção de terceiros (CPC/2015, art. 1.015, inc. IX).....	257
4.2.1.10	Decisão que concede, modifica ou revoga o efeito suspensivo aos embargos à execução (CPC/2015, art. 1.015, inc. X).....	258
4.2.1.11	Redistribuição do ônus da prova (CPC/2015, art. 1.015, inc. XI).....	260
4.2.1.12	Outros casos referidos em lei (CPC/2015, art. 1.015, inc. XIII).....	261
4.2.1.13	Liquidação de sentença, cumprimento de sentença, execução e inventário (CPC/2015, art. 1.015, par. ún.).....	262
4.2.2	Art. 1.015 do CPC/2015: rol exemplificativo ou taxativo?.....	262

4.2.2.1	Consequências práticas geradas pela forma de interpretação do art. 1.015 do CPC/2015.....	262
4.2.2.2	Principais correntes que interpretam o art. 1.015 do CPC/2015.....	265
4.2.2.3	Posicionamento do autor .....	267
4.2.3	Interlocutórias: há necessidade do prévio “protesto” para o cabimento de recurso? .....	269
4.2.3.1	“Protesto” por nulidade (CPC/2015, art. 278)... ..	269
4.2.3.2	Agravo da decisão saneadora (CPC/2015, art. 357, § 1º) .....	270
4.3	Conceito.....	273
4.4	Procedimento .....	273
4.4.1	Prazos relacionados ao agravo.....	273
4.4.1.1	Prazo de interposição do agravo.....	274
4.4.1.2	Principais prazos do relator.....	277
4.4.2	Elementos que integram o instrumento do agravo.....	278
4.4.2.1	Petição do agravo .....	278
4.4.2.1.1	Comparação entre o CPC/1973 e o CPC/2015 .....	279
4.4.2.1.2	Nome das partes.....	279
4.4.2.1.3	Exposição do fato e do direito .....	281
4.4.2.1.4	Pedido e suas razões.....	281
4.4.2.1.5	Nome e endereço completo dos advogados.....	282
4.4.2.1.6	Demonstração da relevância e/ou urgência quando a interlocutória agravada não estiver prevista no art. 1.015 do CPC/2015 .....	283
4.4.2.2	Peças do instrumento.....	283
4.4.2.2.1	Quadro comparativo entre o CPC/1973 e o CPC/2015 .....	283
4.4.2.2.2	Peças que integram o instrumento do agravo no CPC/1973 .....	284
4.4.2.2.3	Peças que integram o instrumento do agravo no CPC/2015 em autos físicos .....	288
4.4.2.2.4	Autenticação das peças.....	292

4.4.2.3	Preparo no CPC/1973 e no CPC/2015.....	295
4.4.3	Meios para enviar a petição do agravo ao tribunal .....	299
4.4.4	Comprovação da interposição do agravo no juízo <i>a quo</i> .....	303
4.4.5	Juízo de retratação .....	304
4.4.5.1	Justificação .....	304
4.4.5.2	Oitiva do agravado antes da retratação .....	305
4.4.5.3	Momento da retratação.....	306
4.4.5.4	Retratação parcial.....	310
4.4.6	Providências do relator .....	311
4.4.6.1	Escopo da ampliação dos poderes do relator ....	311
4.4.6.2	Ampliação dos poderes do relator .....	312
4.4.6.3	Parâmetro usado pelo relator .....	313
4.4.6.4	Rejeição monocrática (CPC/2015, art. 932, incs. III e IV) .....	314
4.4.6.4.1	Quadro comparativo entre o CPC/1973 e o CPC/2015 .....	314
4.4.6.4.2	Retirada da expressão “negar seguimento” pelo CPC/2015.....	314
4.4.6.4.3	Retirada da expressão “manifestamente” pelo CPC/2015 ...	316
4.4.6.4.4	Retirada da expressão “jurisprudência dominante” pelo CPC/2015 .....	316
4.4.6.4.5	Não conhecimento monocrático (CPC/2015, art. 932, inc. III).....	317
4.4.6.4.6	Improvemento monocrático (CPC/2015, art. 932, inc. IV).....	318
4.4.6.4.7	Espécies de súmulas (vinculante e persuasiva).....	322
4.4.6.4.8	Divergência entre a jurisprudência do tribunal local frente ao STJ e STF .....	326
4.4.6.5	Provimento monocrático (CPC/2015, art. 932, inc. V).....	327
4.4.6.5.1	Quadro comparativo entre o CPC/1973 e o CPC/2015 .....	327

4.4.6.5.2	Provimento monocrático e contraditório .....	328
4.4.6.5.3	Pressupostos para dar provimento monocrático .....	331
4.4.6.6	Concessão dos efeitos dependentes (suspensivo e antecipativo) .....	332
4.4.6.6.1	Escopo .....	333
4.4.6.6.2	Pressupostos para concessão .....	334
4.4.6.6.3	Revogação da regra do parágrafo único do art. 527 do CPC/1973 .....	336
4.4.6.7	Providências do relator para preparar o julgamento colegiado .....	340
4.4.6.7.1	Aspectos gerais .....	340
4.4.6.7.2	Requisição de informações ao juiz da causa .....	341
4.4.6.7.3	Intimação do agravado para contraminutar .....	342
4.4.6.7.4	Julgamento monocrático e prévia oportunidade para contraminuta .....	343
4.4.6.7.5	Manifestação do Ministério Público .....	344
4.4.6.7.6	Vista sobre documentos juntados após o momento oportuno .....	345
4.4.6.7.7	Decisão sobre provas e homologação de autocomposição .....	346
4.4.6.7.8	Resumo das condutas do relator ao receber o agravo pelo CPC/2015 .....	347
4.4.7	Julgamento colegiado do agravo .....	348
4.4.7.1	Voto do relator e sua elaboração .....	348
4.4.7.2	Designação e publicidade da pauta do julgamento .....	349
4.4.7.3	Ordem dos julgamentos .....	350
4.4.7.4	Sustentação oral .....	351
4.4.7.4.1	Aspecto histórico no Brasil .....	351
4.4.7.4.2	Legitimidade .....	352
4.4.7.4.3	Conteúdo do agravo que permite a sustentação .....	353
4.4.7.4.4	Modalidades da sustentação .....	354

4.4.7.4.5	Momento do requerimento de sustentação.....	355
4.4.7.4.6	Procedimento da sustentação.....	356
4.4.7.4.7	Leitura da sustentação.....	358
4.4.7.4.8	Diferenças entre sustentação oral e esclarecimento de fato.....	359
4.4.7.5	Pedido de vista por membro do colegiado.....	360
4.4.7.6	Novo julgamento em razão de voto vencido.....	361
4.4.7.7	Proclamação do resultado.....	363
4.4.7.8	Elaboração do acórdão.....	364
4.4.7.9	Julgamento do agravo deve anteceder ao da apelação.....	365
4.5	Aspectos Polêmicos do Atual Agravo de Instrumento.....	366
4.5.1	Retenção dos recursos excepcionais que impugnarem a decisão interlocutória (CPC/1973, art. 542, § 3º).....	367
4.5.1.1	Escopo do § 3º do art. 542 do CPC/1973.....	367
4.5.1.2	Interpretação do § 3º do art. 542 do CPC/1973 em relação à decisão interlocutória.....	370
4.5.1.3	Impugnação da decretação da retenção no tribunal local.....	373
4.5.2	Embargos infringentes e o agravo no CPC/1973.....	377
4.5.3	Publicação do acórdão e momento da revogação dos efeitos dependentes (suspensivo e antecipativo).....	381
4.5.4	Tutela provisória no bojo da sentença.....	387
4.5.5	Condição resolutiva do agravo.....	390
4.5.6	Agravo de instrumento no juizado especial cível.....	393
4.5.7	Agravo frente ao indeferimento dos benefícios da gratuidade no CPC/1973.....	396
4.5.7.1	Presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência.....	396
4.5.7.2	Recurso cabível quanto ao pronunciamento que decide sobre a gratuidade.....	397
4.5.8	Agravo de instrumento para impugnar decisão proferida na audiência de instrução e julgamento no CPC/1973.....	399
4.5.9	Tutela provisória antes da distribuição do agravo de instrumento.....	400

4.5.10	Possibilidade de o juízo <i>a quo</i> modificar liminar decidida em acórdão.....	402
4.5.11	Sucumbência recursal no agravo de instrumento.....	404
4.5.11.1	Histórico dos honorários sucumbenciais no Brasil a partir do CPC/1939.....	404
4.5.11.2	Direito intertemporal.....	407
4.5.11.3	Recursos que permitem a majoração da sucumbência .....	407
4.5.11.4	Resultados do julgamento que permitem a majoração .....	409
4.5.11.5	Limite da majoração.....	410
<b>Capítulo V</b>	<b>AGRAVO INTERNO .....</b>	<b>413</b>
5.1	Escopo.....	413
5.2	Natureza Jurídica.....	415
5.3	Nomenclatura das Espécies de Agravo.....	415
5.4	Espécies de Agravo Interno (Horizontal e Vertical).....	417
5.5	Procedimento no Agravo Interno Horizontal (CPC/2015, art. 1.021).....	418
5.5.1	Cabimento.....	418
5.5.2	Prazo no CPC/1973 e no CPC/2015 .....	420
5.5.3	Dispensa de preparo, local de interposição e regularidade formal .....	422
5.5.4	Efeitos.....	424
5.5.5	Contraminuta.....	427
5.5.6	Publicidade do julgamento.....	428
5.5.7	Julgamento e retratação .....	429
5.5.8	Multa imposta ao recurso protelatório .....	430
5.5.8.1	Sistemas jurídicos .....	431
5.5.8.2	Substituição da palavra “infundado” por “improcedente” .....	432
5.5.8.3	Limite da multa do § 4º, do art. 1.021, do CPC/2015 .....	432
5.5.8.4	Pertinência da multa para minimizar a protelação .....	434
5.5.8.5	Não cumulação da multa do agravo interno com a má-fé.....	436

5.6	Procedimento no Agravo Interno Vertical (CPC/2015, art. 1.042).....	438
5.6.1	Nomenclatura.....	438
5.6.2	Cabimento.....	439
5.6.2.1	Contexto em que é proferida a decisão agravada .....	439
5.6.2.2	Previsão legal do cabimento .....	439
5.6.2.3	Cabimento frente à pluralidade de fundamentos.....	440
5.6.2.4	Cabimento no juizado especial e na execução fiscal .....	442
5.6.3	Prazo no CPC/1973 e no CPC/2015 .....	444
5.6.4	Dispensa de preparo, local de interposição e regularidade formal .....	444
5.6.5	Efeitos.....	445
5.6.6	Contraditório.....	447
5.6.7	Juízo de admissibilidade no tribunal <i>a quo</i> .....	448
5.6.8	Julgamento no tribunal <i>ad quem</i> PELO CPC/1973.....	449
5.6.9	Julgamento no tribunal <i>ad quem</i> pelo CPC/2015 (Lei 13.256/2016).....	451
5.6.10	Interposição simultânea de dois agravos .....	453
5.6.11	Vantagens da extinção do instrumento .....	454

<b>Capítulo VI</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>457</b>
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>467</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>471</b>
	<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>	<b>485</b>